

PORTUGAL

# A crítica de um economista (político)

**João Martins Pereira, ex-secretário do Estado de um dos governos da Revolução portuguesa, critica o comportamento dos grandes partidos e da ultra-esquerda na crise.**

## MEDO AO POVO

**Para ele, os dirigentes partidários pensam que podem resolver tudo com a pura e simples tomada do poder e não se preocupam em propor soluções concretas e possíveis.**

O secretário de Estado da Indústria do Quarto Governo Provisório de Portugal, João Martins Pereira, pode ser considerado uma figura de destaque no atual momento político e econômico português. Quando ele pediu demissão do cargo que ocupava, elaborou uma carta ao Conselho da Revolução onde denunciava alguns dos problemas que dificultavam o prosseguimento do Movimento de 25 de abril. Essa carta foi o início de uma série de documentos que analisavam a situação portuguesa, como o dos Nove e o do Copcon. Recentemente, João Martins Pereira deu uma entrevista ao jornal francês *Libération*, também publicada na revista *Vida Mundial*, de Portugal, que transcrevemos.

**Martins Pereira** — Depois do 25 de abril, pensou-se sempre — ou, pelo menos, atou-se sempre — como se fosse possível tratar a economia em termos puramente econômicos. Imaginaram-se, assim, as mais diversas espécies de medidas econômicas clássicas, muito clássicas, que não tiveram a menor eficácia. Nunca se ligou a ação econômica à ação política, nem se conjugou o que se tentava fazer no domínio econômico com a ação quotidiana, concreta, do governo, dos partidos e das massas. A ponto de, ainda há poucos meses, repetir-se na televisão que era preciso "investir a todo o custo"...

Hoje, mesmo nas empresas onde os trabalhadores estão menos politizados, ninguém quer ouvir mais falar em lucro. Há um forte sentimento antipolitista. A arrancada política das massas, a colocação em causa da hierarquia na empresa surgiram exatamente porque as massas estavam pouco politizadas, reagindo espontaneamente contra a opressão, tão bem encarnada pela PIDE ou Guarda Nacional Republicana, como pelo chefe ou pelo patrão. Assim é difícil, depois de um tal movimento, poder ainda conquistar a pequena-burguesia, nomeadamente os pequenos empresários industriais. Em contrapartida, será possível ainda conquistar-se camadas importantes de pequenos agricultores, pois estes foram menos visados pela propaganda ideológica. É muito difícil "ganhar" para a revolução um pequeno empresário capitalista que, durante meses, foi tratado de "fascista" e "reacionário". Mas é possível transformar uma mentalidade de pequenos rendeiros, caseiros, gente que vive num sistema de relações econômicas pré-capitalistas, e levá-los a defender um caminho socialista.

**P** — Que camadas poderiam ser conquistadas para a revolução e com que tipo de medidas?

**MP** — Digamos que poderiam ser conquistadas algumas camadas da pequena-burguesia. Entendo por pequena-burguesia os pequenos empresários comerciais ou industriais, além de toda uma camada de trabalhadores empregados e funcionários tocados pela ideologia pequeno-burguesa de consumo, mas que continuam a ser assalariados do Estado, das companhias de seguros, da publicidade etc. Aqueles a quem se chama, de fato, de massas populares, embora não constituam nem o proletariado industrial nem o agrícola. É indispensável e possível que o trabalhador assalariado faça deles um aliado. Mas, no que se refere aos empresários não agrícolas, acho muito difícil. Penso que se vai entrar, a curto prazo, conquistar as camadas pequeno-burguesas não urbanas através de uma série de medidas

econômicas, talvez vagamente demagógicas, mas que podem desempenhar um papel importante. Assim, é prevista uma acentuada redução no preço dos adubos, a compra de todo o vinho armazenado. É um encargo financeiro enorme, mas que pode ter consequências políticas positivas. Estas medidas permitirão uma moratória de dois ou três meses. Isto terá uma importância muito grande no Norte do país, onde a situação é explosiva e pode chegar a um nível que chegue a se estender ao Sul, sem falar de suas consequências dentro das Forças Armadas. Mas esta "moratória" deve ser utilizada para definir uma política, uma política econômica, porque não irá prolongar-se.

**P** — Há poucas semanas, o sr. se demitiu da Secretaria de Estado da Indústria, explicando as razões de sua atitude numa carta enviada ao Conselho da Revolução.

**MP** — Achei que tínhamos chegado a um ponto em que não se via muito bem o que poderia ser feito. O problema já não é o de se "fazer"; podem ser imaginadas dezenas de medidas no plano econômico, mas o único problema é ter capacidade para aplicá-las. A situação é de tal ordem — o desemprego pode duplicar em dois meses e atingir 600 mil pessoas até outubro — que, agora, só se poderá "ganhar" as pessoas do ponto de vista político. Mas só através de medidas muito duras. Desde janeiro deste ano que falo de uma *economia de guerra*. Mas isto pressupõe um apoio social muito grande ou uma repressão muito severa. Não julgo que se possa passar neste momento sem uma forte repressão. Seja qual for o poder político.

**P** — Os conflitos partidários serão uma espécie de bloqueio suplementar?

**MP** — Atualmente, os partidos não raciocinam em termos econômicos. Todos os partidos, principalmente os grandes, só pensam na tomada do poder. Pensam que podem resolver tudo com isso e não propõem uma solução possível para a crise atual. Se amanhã, Mário Soares fosse primeiro-ministro, como ele afirma possível, a economia ficaria imediatamente paralisada. Os trabalhadores não o aceitariam. Mes-



João Martins Pereira

mo que no Norte do país isso fosse admitido, o impasse só seria resolvido com uma confrontação violenta. Ele nem teria tempo de receber o dinheiro do Mercado Comum.

**P** — O que o sr. pensa das condições que o Mercado Comum estaria impondo para conceder créditos a Portugal?

**MP** — Este é um problema muito importante. Estamos sempre falando em independência nacional sem nunca termos jogado esta carta. Uma parte considerável da pequena-burguesia poderia ser mobilizada em torno de um programa efetivo de independência nacional. Dizem que o Mercado Comum se prepara para receber Portugal, para lhe emprestar dinheiro. Desde que nós tenhamos uma "democracia pluralista". Então, procuramos mostrar nos documentos do MFA que tratamos de construir uma "democracia pluralista". Exatamente o contrário do que se deveria fazer. Ninguém empresta milhares de milhões por generosidade, mas porque espera disso algum resultado político. Temos que falar a linguagem que os nossos interlocutores da CEE compreendem: a dos negócios. Temos que lhes dizer claramente que temos dois jogos diferentes.

Queremos utilizar o dinheiro deles para fazer o contrário do que eles querem: prosseguir o processo revolucionário. Se nos emprestam dinheiro, é na esperança de terem uma influência sobre o que se passa em Portugal. Se a CEE recusa o empréstimo, temos que sair completamente isolado ou sob um novo domínio, o de Moscou. A Comunidade Econômica Europeia deve decidir. Mas não pode impor condições. Independência nacional é isso. Essa expressão é um pouco afastada de nossa realidade. Em Portugal o imperialismo não se apresenta com o mesmo peso como na América Latina, onde o ódio ao norte-americano é onipresente. Aqui, o imperialismo é qualquer coisa de abstrato. Temos que desmascará-lo dia a dia.

**P** — Qual sua definição da crise atual?

**MP** — Ao contrário das duas crises precedentes, o 28 de setembro e o 11 de março, a crise atual nasceu *frío*, talvez por isso seja mais profunda. Não conhecemos todos os detalhes das crises passadas. O 28 de setembro marcou a queda do *spinalismo* que existia no seio do MFA e paralisava tudo. Podiam, então, ser tomadas medidas revolucionárias. Seja qual for a nossa interpretação das nacionalizações, elas serviriam para destruir um grande número de laços da grande burguesia, o que permitiu a entrada numa nova fase. Em dado momento, sem que se soubesse por que chegamos a uma *crise* *frío*.

Em junho, sem qualquer conflito aberto evidente, começaram as discussões entre militares, que até hoje se desenvolvem e agravam. Isto aconteceu porque a crise já existia em estado latente. Todos sentiam que as contradições deviam ser resolvidas, que a coisa não podia prolongar-se. Apesar disso, tentaram manter a coligação governamental — o que provocou a crise atual. Mesmo que não se pense que o triunvirato (o governo anterior) não será viável por muito tempo, chegaram a se concentrar neste tipo de órgão os três grandes tipos de solução viáveis. Duas soluções clássicas, e uma terceira possibilidade, ainda mal definida e que tem grandes dificuldades para se im-

por sem passar pelas organizações: o poder popular. Isso que se chama, sem se saber exatamente o que é, poder popular, vem-se desenvolvendo por toda parte depois do 25 de abril, de uma forma anárquica, heterogênea, sem ideologia definida. Tenho visto dezenas de comissões de trabalhadores, umas nitidamente orientadas para os partidos ou por organizações, outras francamente reacionárias, que eram a própria imagem da colaboração de classes, o patrão fazia parte delas. Mas o problema não é esse. O que é revolucionário não é o que as pessoas pensam, em termos de ideologia, mas o simples fato de essas comissões existirem como centro de poder. Mesmo nas empresas familiares, isso é que é revolucionário. Mas esse movimento nunca foi coordenado. Era preciso uma ligação com as estruturas militares, que são, em Portugal, as mais poderosas e atuantes. Se há em Portugal alguma coisa que possa apresentar um movimento de libertação, são precisamente as novas relações que vêm das casernas, sobretudo as que têm o poder militar efetivo e que estão, na sua zona, muito ligadas às estruturas de poder popular. Se todas essas iniciativas se desenvolvessem, não apenas nas zonas urbanas, se tivessem tempo suficiente para isso, haveria uma possibilidade... Mas este problema de tempo é... *ve*. Com 600 mil desempregados no outubro, temos pouco tempo para conseguir essa ligação com as massas.

**P** — As organizações da esquerda revolucionária podem desempenhar um papel importante nesse projeto...

**MP** — Infelizmente, não creio. Se há qualquer coisa de novo em Portugal, são precisamente as organizações da esquerda revolucionária. Elas são em Portugal as mesmas que por toda parte. Interessantes, em termos de produção teórica, por vezes participam de certas lutas. Mas, numa situação revolucionária, ou pré-revolucionária, não "dão" nada. Contentam-se em se definir teoricamente em relação ao PC e ao PS, mas nunca avançam com um projeto de desenvolvimento do poder popular de que tanto falam. Por outro lado, sem fazer economismo (sei que as soluções econômicas são prioritariamente políticas), falta a essas organizações um mínimo de conhecimento dos problemas econômicos. É preciso se saber transformar um sistema econômico no outro sistema econômico. A esquerda revolucionária ainda está raciocinando em termos imediatos: uma luta, uma empresa.

**P** — Por que o tempo poderá faltar?

**MP** — Nisso não existem grandes surpresas. A única surpresa possível seria, talvez, o sucesso da terceira via, a ligação com as massas. Isso ocorrerá, se as coisas não se precipitarem no campo econômico. Teremos, então, um tipo de organização social, de organização da produção e do poder muito democráticos. Qualquer coisa de muito descentralizado e fortemente apoiado nas organizações locais ou das empresas. Se não tivermos tempo de chegar lá, chegaremos então, com ou sem a guerra civil, a uma ditadura de extrema-direita ou do tipo "estaliniano" — que, de qualquer modo, conduziria à extrema-direita, a maior ou menor prazo. Na melhor hipótese, isso poderia ser uma solução *pretoriana*, nem nasserista, nem peruana — peronista. Se é que se pode chamar isso de solução...

PROXIMO LANÇAMENTO PAZ E TERRA

ARTES PLÁSTICAS: A CRISE DA HORA ATUAL  
de Frederico Morais

O autor de "Domingos de Criação" analisa a vanguarda brasileira dentro de um contexto mais amplo, no qual a atividade artística é entendida como parte do nosso projeto de nação.

Em todas as livrarias ou pelo reembolso postal.

EDITORA PAZ E TERRA

Rua Abade Ramos, 78  
Tels.: 226-1764 e 246-0106  
Telex: 212-2643/ Rio de Janeiro/ Brasil

Cr\$ 25,00  
168 págs.